



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## PARA UMA ANALÍTICA DO PODER DE GOVERNOS DA ÁGUA

Marcelo Aversa

Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, m.aversa@usp.br

### GT 03: Água, Emergência Climática, Território e Governança

#### RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as bases conceituais de Michel Foucault utilizadas nas metodologias de pesquisa na agenda da EPUA, por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa. Primeiro, percorreu-se as revisões bibliográficas das abordagens foucaultianas produzidas por Connor Cavanagh (2018), relativa à Ecologia Política em âmbito geral, e a de Paola Rattu e René Veron (2016), relativa à EPUA. Para ir além destas revisões, destacou-se algumas pesquisas para aprofundar as formas de composição entre teórico e empírico, visando debater em que medida se aproximam ou se afastam das bases foucaultianas. Para a definição de uma metodologia teórica que possibilite uma analítica do poder, duas considerações finais se apresentam como caminhos seguros. Primeiro, a regra de que qualquer pesquisa não deveria seguir sem o aprofundamento teórico de seus conceitos principais, torna-se, no caso de Michel Foucault, imprescindível. Segundo, de ordem teórica-metodológica, a definição da grade de análise crítico discursiva é imanente a própria historicidade do governo das águas.

**Palavras-chave:** ecologia política urbana da água (EPUA); Michel Foucault; análise crítico discursiva; governamentalidade, revisão bibliográfica qualitativa.

**Destaques (highlights)** Descrever quatro mensagens principais do artigo (highlights) em tópicos.

- Metodologia Arqueogenealógica: propõe a análise arqueogenealógica (combinação de arqueologia e genealogia) como ferramenta para estudar governos da água, destacando a importância de examinar práticas discursivas históricas e regimes de verdade para entender a governamentalidade neoliberal das águas urbanas.
- Abordagens Foucaultianas na Ecologia Política: o artigo destaca a diversidade de



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

apropriações dos conceitos de Foucault (como governamentalidade, biopoder e análise discursiva) na Ecologia Política

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho coloca a seguinte questão: como estudar um caso de governamentalidade neoliberal das águas urbanas pela caixa de ferramentas de Michel Foucault? Michel Foucault é o autor mais citado na “Web of Science” e na “Google Scholar” (Cavanagh, 2018, p. 406). Contudo, ao buscar na base Scopus as palavras chaves “( ( governmentality OR foucault ) AND water AND urban )”, considerando títulos, resumos e palavras chaves, são encontrados 28 resultados. Se se repetir a pesquisa dentro da agenda de pesquisa da Ecologia Política, são apenas 6 resultados. Dentro destes 6 resultados, dois são de uma mesma dupla de autores: Paola Rattu e René Veron (2016; 2015). Apesar do reduzido de número de trabalhos, pode-se constatar que, em quase a totalidade dos artigos lidos, cada um desenvolveu uma abordagem própria dos conceitos de Michel Foucault, como se apontará na seção resultados.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O critério inicial está na pesquisa vinculada a agenda da Ecologia Política. Considerando o número reduzido de referências bibliográficas e a viabilidade de se aprofundar a discussão teórica, justifica-se um estudo qualitativo sobre metodologia utilizada nas publicações, com a escolha de 4 artigos para serem analisados.

Foram definidos dois artigos de revisão bibliográfica, a fim de se escolher um artigo citado em cada um deles, como objetos da avaliação da abordagem aplicada. A revisão de Connor Cavanagh (2018), “Political ecologies of biopower: diversity, debates, and new frontiers of inquiry”, está vinculada a agenda de pesquisa da Ecologia Política em âmbito geral e a revisão de Paola Rattu e René Veron (2016), “Towards a Foucauldian Urban Political Ecology of Water: rethinking the hydro-social cycle and scholars’ critical engagement”, está vinculada à Ecologia Política Urbana da Água.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

### **3. DISCUSSÃO: DIVERSIDADE DE ABORDAGENS FOUCAULTIANAS NA ECOLOGIA POLÍTICA**

#### **3.1. Apontamentos sobre o pós-estruturalismo na Ecologia Política**

A revisão bibliográfica de Connor Cavanagh (2018) percorre uma extensa literatura sobre as ecologias políticas da conservação e da mitigação das mudanças ambientais com o objetivo de ampliar o diálogo entre a biopolítica e a ecologia política. Após uma apresentação da revisão deste autor, destaca-se os estudos de Arun Agrawal (2005a, 2005b), para se pensar os contornos específicos das pesquisas de Michel Foucault, dentro da literatura inscrita no projeto crítico pós-estruturalista.

O artigo de Connor Cavanagh (2018), considerando a larga produção analisada ao longo de 30 anos, pode ter conduzido o autor a optar por um recorte pelos conceitos foucaultianos mais utilizados (“governmentality”, “biopower”, “political ecology” e “green governmentality”), com intuito de estabelecer uma maior importância ao “biopoder” entre os demais na agenda da Ecologia Política. O autor pretende apresentar um caminho para as pesquisas, por meio do conceito de biopoder. Isto porque, ele parte da constatação de que as pesquisas, embora sejam esclarecedoras, elas têm procurado criticar, reformular ou mesmo defender o abandono dos conceitos de biopolítica e biopoder de Michel Foucault (Cavanagh, 2018, p. 411). Assim, sugere que tal aproximação aconteça por meio de investigações que estabeleçam novas fronteiras com estudos relacionados: i) à variedade e multiplicidade de modos de governamentalidade e biopoder; ii) à crítica da infraestrutura ecossistêmica, risco, e biopolíticas “reflexivas”; iii) à história ambiental, colonialismo e as genealogias do biopoder; e, iv) à proliferação de neologismos como, por exemplo, ontopoder (Massumi, 2015), geontopoder (Povinelli, 2016) e necropolítica (Mbembe, 2018).

A crítica de C. Cavanagh sobre a posição secundária dos conceitos de biopolítica e biopoder não está sustentada apenas na forma pela qual os conceitos foucaultianos são apropriados pelas pesquisas de geógrafos, antropólogos e ecologistas políticos, quando apresenta alguns dados quantitativos da prevalência e utilização do conceito de governamentalidade de Michel Foucault, com base no visualizador Ngram do Google Books das palavras chaves



XII  
ENANPPAS

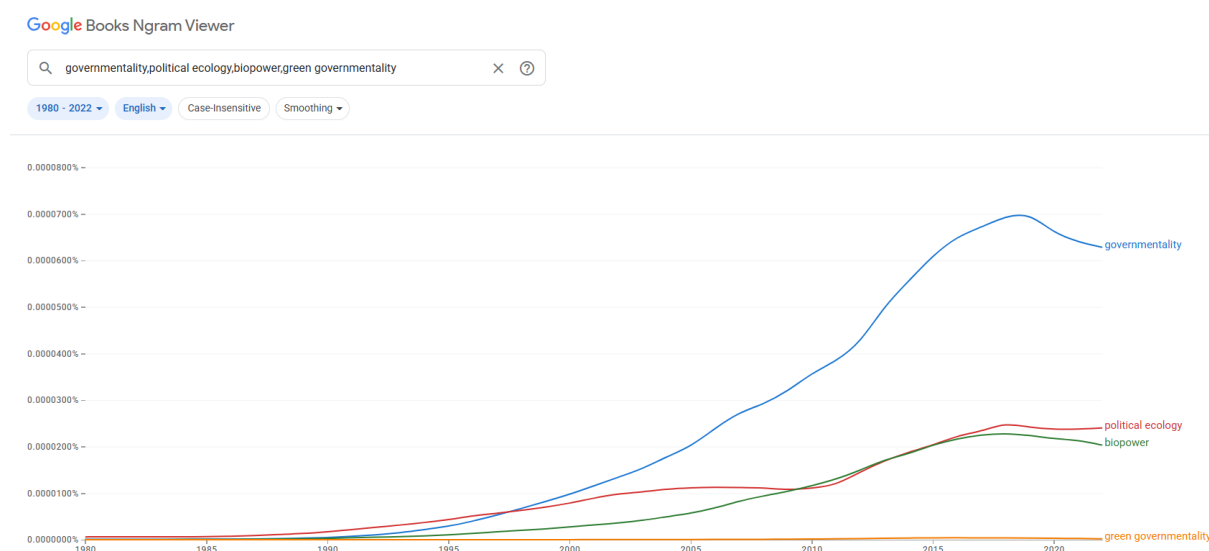
ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

“governmentality”, “political ecology”, “biopower” e “green governmentality”.

Há substancial superioridade de referências à “governmentality” em relação a “political ecology”, enquanto o termo “biopower” apresenta uma curva muito próxima a do “political ecology” (Figura - 1, a seguir). Para além destes termos pesquisados pelo autor, pode-se também notar a ínfima relativa utilização do termo “green governmentality”:

Figura 1 - Curvas de recorrências dos termos “governmentality”, “biopower”, “political ecology” e “green governmentality” de 1980 a 2022 no visualizador ngram do google books



Fonte: Cavanagh (2018, p. 407) atualizado.

Cavanagh compreende a prevalência da utilização do conceito de governamentalidade em relação ao de biopoder, em função do processo de inserção das traduções inglesas de publicações de Michel Foucault. A evidência de utilização do termo “governmentality”, a partir da década de 1990, está associada publicação do volume intitulado *The Foucault effect: studies in governmentality*, em 1991, sob a coordenação de Graham Burchell et al (1991). Nesta publicação, consta o capítulo 4, denominado “governmentality”, como a aula oferecida no Collège de France em 1º de fevereiro de 1978. O trabalho integral, o curso *Security, territory, population*, foi publicada em inglês em 2007 (Foucault, 2008). Desta forma, é importante situar a complexidade dos conceitos de governamentalidade e biopolítica, a partir dos análises dos dois artigos escolhidos.

Em relação às diferentes abordagens pós-estruturalistas de herança foucaultiana na Ecologia



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Política, destaca-se a de Robert Fletcher (2015, 2010) que discute sua própria versão de governamentalidade neoliberal, baseando-se em diferentes processos de subjetivação como ambientalidades. Esta se difere das demais por ter foco nos processos disciplinares, como por exemplo de Agrawal (2005a, 2005b) ou que, dialogando com Luke (1999a, 1999b), que descrevem a forma disciplinar da governamentalidade conservacionista (FLETCHER, 2010, p. 176). Estes autores se apropriaram dos conceitos foucaultianos para representar a existência de uma “governamentalidade verde”, como forma de incutir parâmetros de valores éticos cujas estratégias estão voltadas a conservação ambiental neoliberal, no sentido de orientar e regular os comportamentos humanos (idem, p. 175). A crítica destes ecologistas políticos é que, primeiro, há saberes constituídos nas práticas conservacionistas, os quais, segundo, representam uma racionalidade neoliberal hegemônica, que orientam as ações em termos de análise de custo-benefício (idem, p. 176).

Para a análise metodológica, o trabalho de Arun Agrawal (2005), em seu artigo “Environmentality: Community, Intimate Government, and the Making of Environmental Subjects in Kumaon, India”, pode ser situado numa abordagem pós-estruturalista com base no conceito de governamentalidade.

A pesquisa de Arun Agrawal (2005) está voltada a análise dos processos de subjetivação e correlação com a formação e vigência das regras dos Conselhos Florestais do governo de Kumaon na Índias. O autor apresentou parte de sua pesquisa sobre a participação na proteção florestal pela população local e nos Conselhos Florestas desde o ano 1931, mas seu foco principal está no período pós década de 1980 (Agrawal, 2005, p. 161). As condutas de extração predatória da floresta passam para as condutas de cuidado quando as regras afirmam a propriedade e legalidade da posse dos aldeões enquanto uma comunidade-proprietária que também é uma comunidade-gestora (idem, p. 170). Baseando-se em provas extraídas de registros de arquivo e trabalho de campo realizado, o autor aplicou o mesmo conjunto de questões que, em parte alcançaram o mesmo grupo de pessoas em 1989 e 1993 (idem, p. 167). O artigo examina como a prática ambiental (“environmental practice”) conduz a novas formas do sujeito compreender o meio ambiente (“environmental subject”). Para o autor, a prática ambiental é a conexão chave entre a regra reguladora governamental forma e caracteriza particularmente as subjetividades (idem, p. 170)

O próprio autor reconhece que sua metodologia é uma simplificação da arquitetura conceitual



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

foucaultiana. Particularmente, não optou por entrar na calorosa discussão sobre ética produzida por Michel Foucault dos últimos escritos. Contudo, isto foi feito em favor de focar na problematização teórico-social sobre a produção de subjetividade, confrontando o sujeito contra um contexto social e político para pensar a formação do sujeito concretamente e não abstratamente (idem, p. 180).

Este autor pensa o termo “environmentality” em associação a noção foucaultiana de governamentalidade. Assim, Arun Agrawal (2005) busca alcançar a ideia de uma governamentalidade das florestas, a partir do foco nas práticas ambientais como resultantes de processos de subjetivação; ou melhor, do governo das florestas como resultante de interações entre mecanismos de poder, saber e subjetivação. Para uma análise crítico discursiva foucaultiana, esta subseção situa a complexidade dos conceitos de governamentalidade e biopolítica.

### **3.2. Ecologia Política Urbana da Água: da origem marxista aos trabalhos foucaultianos**

A revisão elaborada por Paola Rattu e René Veron (2016) caminha para a especificidade da literatura das questões ecológicas da água, por meio da discussão metodológica que situa as abordagens foucaultianas numa complementaridade em relação a forte e histórica predominância marxista da Ecologia Política Urbana da Água. Esta agenda dentro da agenda da Ecologia Política ganha espaço a partir da década de 2000.

Os autores apontaram a importância de um pós-estruturalismo foucaultiano que possibilita avançar das análises políticas dentro dos binômios perdedores/vencedores e dominados/dominantes para análises sobre como estruturas poder e saber condicionam a percepção e as condutas dos sujeitos (Rattu et al, 2016, p. 149), o que vem propiciando o alargamento dos casos a serem estudos no âmbito de micropoderes e de visibilidade de lutas de situações de injustiça (idem, p. 157). Para estes autores, a complementaridade pode ser entendida no sentido de que “a adoção de métodos e conceitos foucaultianos têm sido frequentemente apoiada num quadro marxista, e a investigação empírica no domínio da ecologia política urbana da água tem também como objetivo principal mostrar ‘a produção sionatural desigual de paisagens hídricas urbanas’” (Rattu et al, 2016, p. 143-144).

P. Rattu e R. Veron (2016, p. 153) apontam problemas nas formas de apropriação do conceito



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

de governamentalidade de Michel Foucault, as quais em nada diferem do conceito de governança. É o caso da definição de “hydromentality” de Lankford (2013, p. 262) que produzem associações genéricas entre conhecimento, política e instituições relacionadas a água, referindo-se “aos conhecimentos de engenharia da água, às referências consultivas, políticas e instituições que surgem em resposta ao controle dos desafios de acesso à água”.

A fim de aprofundar a discussão sobre biopoder e governamentalidade a partir da própria pesquisa de Michel Foucault, discute-se apenas o artigo de P. Rattu e R. Véron (2015), “How to govern the urban hydrosocial cycle: Archaeo-genealogy of hydromentalities in the Swiss urban water sector between 1850 and 1950”.

P. Rattu e R. Véron (2015) produzem uma arqueogenealogia do abastecimento de água urbana na Suíça entre 1850 e 1950, considerando a compreensão da complementaridade entre as fases arqueológica (“descritiva”) e genealógica (“interpretativa”) do pensador francês (2015, p. 37; Dean, 1994). Os autores aplicaram o método arqueogenealógico ao conjunto de artigos em que o termo “água” são utilizados em dois importantes jornais “La Gazette de Lausanne” e “Feuille d’avis de Lausanne” (Rattu et al, 2016, p. 36). Foram selecionados 1.050 artigos de ambos os jornais (idem, p. 37), para, no âmbito da análise arqueológica, organizar quatro grupos de problemas da história da água Suíça: i) água boa: água como tratamento médico e medicinal; ii) água má: a água como vector de doenças; iii) nova água: estabelecimento de infraestruturas de água a nível urbano e regional; iv) falta de água: seca, aumento da procura de água, poluição (Rattu et al, 2015, p. 38 e ss.). Estes grupos de análise se apresentam como caminhos de uma descrição orientada pela problematização e distinção entre mecanismos biopolíticos e processos de governamentalidade neoliberal.

Pela parte genealógica, os autores descobriram “que a biopoder e a governamentalidade neoliberal foram as principais formas de governo implementadas no sector da distribuição urbana de água na Suíça entre 1850 e 1950” (Rattu et al, 2015, p. 40). Ele entendem que, “enquanto o biopoder e a biopolítica se concentram na gestão e maximização da vida dos indivíduos e populações humanas, a governabilidade neoliberal está centrada na economia e na racionalidade” (idem, p. 35). Os próprio autores reconhecem que esta distinção conceitual é um desvio em relação a proposta de Michel Foucault (idem, p. 41). Tal distinção não parece ser adequada, em razão de como estes conceitos são concebidos nas pesquisas de Michel Foucault no final da década de 1970. Como se poderá avaliar pela discussão feita na seção 3.2



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

desta tese, a governamentalidade, como “condução de condutas”, é uma analítica do poder baseadas na complementaridade entre mecanismos disciplinares e biopolíticos.

Há uma tendência em estudos que utilizam noções foucaultianas de governamentalidade em demonstrar “como as iniciativas de governança da água moldam as práticas individuais dos utilizadores de água ao nível mais ínfimo e quotidiano, influenciando a forma como os indivíduos se percebem a si próprios e às suas relações com a água e com outros atores sociais” (Sarmiento, Landström & Whatmore, 2019, p. 365; 71; Bakker, 2011; Birkenholtz, 2009; Boelens, Hoogesteger & Baud, 2015; Ekers & Loftus, 2008; Hellberg, 2014; Kooy & Bakker, 2008). Contudo, ao que parece das pesquisas analisadas acima, houve uma tendência de se tratar os conceitos foucaultianos, como passíveis de serem aplicados às entrevistas, quando os documentos (normas, políticas e atos de falta) são práticas discursivas que são resultado e ponto de partida de uma análise de poder. Numa analítica de poder foucaultiana, um conceito não se sustenta porque outros autores o utilizam, mas porque ele emerge da positividade da própria formação de seu objeto de estudo (Foucault, 2006, DEIV, p. 229).

O conceito de governamentalidade está particularmente marcado por uma polissemia que, por sua vez, é enfrentada pelos filósofos na busca pela identificação de sentidos em face do conjunto de pesquisas de Michel Foucault. Este processo também se verifica nas abordagens foucaultianas de EPUA. Assim, a regra de que qualquer pesquisa não deveria seguir sem o aprofundamento teórico de seus conceitos principais, torna-se, no caso de Michel Foucault, que reconstituiu a história do liberalismo e dos neoliberalismos pela noção de governamentalidade, uma regra imprescindível.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para a definição de uma metodologia teórica que possibilite uma analítica do poder ou da governamentalidade dos governos das águas, duas considerações finais se apresentam como caminhos seguros, frente as diferentes abordagens apresentadas nesta comunicação. Uma de ordem teórica: relativa à utilização do conceito governamentalidade sem cair na tentação da produção de novos neologismos. E, outra, de ordem teórica-metodológica (instrumental de formação do objeto) relativa à definição da grade de análise crítico discursiva.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A primeira consideração é que Michel Foucault buscou se afastar das fórmulas universais, ao conceber a noção de governamentalidade num contexto de autocrítica de sua própria obra, realizando um deslocamento da questão “saber-poder” para a do “governo dos seres humanos”. Para a análise dos governos das águas, importa pensá-los como grade de análise da economia política da água e como necropolítica, a fim de se situar o lugar que é dado à vida, à morte e ao corpo humano: uma política que se sustenta numa “transgressão em espiral” baseada na desconsideração do seu próprio limite de promover vida pelo acesso água (Mbembe, 2018, p. 16).

E, a segunda, para produzir uma problematização da rede de inteligibilidade dos governos das águas de forma enraizada em sua própria história, é necessário que seu sentido histórico seja imanente o conjunto de práticas discursivas em um determinado período histórico. De maneira que a definição de um instrumental teórico-metodológico seja capaz de problematizar o regime de verdade, a partir da análise das práticas institucionais, dos mecanismos de poder, dos conceitos e estratégias, enfim, dos jogos de relações entre poder e discurso. A tomada dos textos, das falas, das ações governamentais e das infraestruturas são mediadas pelas noções foucaultianas de arqueologia das condições de existência do discurso e da genealogia deste discursos pela crítica dos saberes que são constituintes e constituídos pelos governos das águas. Ao problematizar as singularidades históricas de seu objeto, arqueólogo não deve ser remetido à busca pelo segredo de origem, mas a uma descrição sistemática de um discurso-objeto: a arqueologia “não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito” (Foucault, 2008, AS, p. 158). A arqueologia do saber pode ser situada como uma analítica das condições de produção dos enunciados cujo objetivo é extrair as positivities destas condições de existência (Oliveira, 2008, p. 171; ver Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 58).

## REFERÊNCIAS

Agrawal, A. (2005a). *Environmentality: Technologies of government and the making of subjects*. Duke University Press.

Apoio:



Realização:



anppas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Agrawal, A. (2005b). Environmentalism: Community, intimate government, and the making of environmental subjects in Kumaon, India. *Current Anthropology*, 46(2), 161–190.
- Aversa, M. (2023). *Governamentalidade liberal conservadora das águas na metropolização de São Paulo: O risco de morte pelos fluxos das águas como método de análise histórica dos ciclos hidrossociais*. [Tese de doutorado, Universidade Federal do ABC].
- Bakker, K. J. (2012). Water: Political, biopolitical, material. *Social Studies of Science*, 42(4), 616–623.
- Boelens, R., Hoogesteger, J., & Baud, M. (2015). Water reform governmentality in Ecuador: Neoliberalism, centralization, and the restraining of polycentric authority and community rule-making. *Geoforum*, 64, 281–291.
- Burchell, G., Gordon, C., & Miller, P. (Eds.). (1991). *The Foucault effect: Studies in governmentality*. University of Chicago Press.
- Cavanagh, C. J. (2018). Political ecologies of biopower: Diversity, debates, and new frontiers of inquiry. *Journal of Political Ecology*, 25(1), 402–425.
- Dreyfus, H. L., & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, Trans.). Forense Universitária.
- Ekers, M., & Loftus, A. (2008). The power of water: Developing dialogues between Foucault and Gramsci. *Environment and Planning D: Society and Space*, 26, 698–718.
- Fletcher, R. (2010). Neoliberal environmentalism: Towards a poststructuralist political ecology of the conservation debate. *Conservation and Society*, 8(2), 171–181.
- Fletcher, R., Dressler, W., & Büscher, B. (2015). Nature™ Inc.: Nature as neoliberal capitalist imaginary. In R. L. Bryant (Ed.), *The International Handbook of Political Ecology* (pp. 359–372). Edward Elgar Publishing.
- Fonseca, M. A. (2002). *Michel Foucault e o direito*. Max Limonad.
- Fonseca, M. A. (2006). Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In M. Rago & A. Veiga-Neto (Eds.), *Figuras de Foucault* (pp. 155–163). Autêntica.
- Foucault, M. (2005a). *Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (E. Monteiro, Trans.). Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_(2005b). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_(2006). Estratégia, poder-saber. In *Ditos & Escritos* (Vol. IV, V. L. A. Ribeiro, Trans.). Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_(2008). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_(1995). O sujeito e o poder. In H. L. Dreyfus & P. Rabinow (Eds.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (pp. 2–24). Forense Universitária.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Lankford, B. (2013). Infrastructure hydromentalities: Water sharing, water control and water (in)security. In B. Lankford, K. Bakker, et al. (Eds.), *Water security: Principles, perspectives and practices* (pp. 256–272). Routledge.
- Loftus, A., & Lumsden, F. (2006). Reworking hegemony in the urban waterscape. *Centre for Civil Society Research Report*, 43(1), 101–124.
- Luke, T. (1999a). Environmentality as green governmentality. In E. Darier (Ed.), *Discourses of the environment* (pp. 121–151). Blackwell.
- Luke, T. (1999b). Eco-managerialism: Environmental studies as a power/knowledge formation. In F. Fisher & M. A. Hajer (Eds.), *Living with nature: Environmental politics as cultural discourse* (pp. 101–120). Oxford University Press.
- Massumi, B. (2015). *Ontopower: War, powers, and the state of perception*. Duke University Press.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1 Edições.
- Oliveira, C. (2008). A vertigem da descontinuidade: Sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, 15(1), 169–181.
- Povinelli, E. (2016). *Geontologies: A requiem to late liberalism*. Duke University Press.
- Rattu, P., & Véron, R. (2016). Towards a Foucauldian urban political ecology of water: Rethinking the hydro-social cycle and scholars' critical engagement. *Foucault Studies*, 21, 138–158.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

